

EDITORIAL

Apresentamos mais um número da Revista Interfaces Científicas – Direito. Ao percorrer seus oito artigos, o (a) leitor (a) encontrará reflexões e sistematizações de pesquisas que resultaram em textos técnicos, de fundamentos, com informações históricas. Tem acesso a um material que proporciona reflexão filosófica e crítica sobre temas que entrelaçam áreas de saberes, constituindo a trama interdisciplinar própria da área jurídica e objetivo deste periódico.

O primeiro artigo: A APLICAÇÃO DA TEORIA DO DESESTIMULO COMO FORMA DE INIBIÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO BRASIL, tangencia a ética, uma vez que define responsabilidade enquanto atitude de não prejudicar outrem. Apresenta um estatuto das ciências jurídicas como instrumento de regulação em defesa de um direito fundamental.

Informações técnicas específicas do Direito, importantes ao exercício da cidadania, são encontradas nos artigos respectivamente denominados por: A IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LIVRE CONCORRÊNCIA E DA LIVRE INICIATIVA PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA NO BRASIL e, UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE DIREITO DO CONSUMIDOR. As diferentes abordagens, como são tratados estes dois artigos, suscitam uma reflexão crítica a respeito desta temática que extrapola a teoria, uma vez que se encarna na cotidianidade da vida atual.

Em: CONECTIVOS EM PETIÇÕES INICIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS PARA ANÁLISE, as pesquisadoras apresentam uma análise no campo da linguística textual. Demonstra a importância do texto enquanto mobilizador de interpretações que por sua vez irão influenciar as análises linguísticas, levando-nos a percepção do impacto deste fenômeno na área jurídica.

A TÉCNICA DA LIBERDADE: A ORDEM REPUBLICANA EM O FEDERALISTA nos locomove a uma

viagem de retrospectiva histórica que nos leva ao entendimento sobre a interconexão entre poder e liberdade, reconhecendo tais princípios, como propulsores da igualdade.

Narrativas, fruto de sólidas pesquisas, nos despertam ao exame da própria existência que representa o exercício do filosofar. Constituem-se exemplares destas narrativas, a análise realizada a partir de um filme onde os autores, no artigo: DOZE ANOS DE ESCRAVIDÃO: BREVE ANÁLISE JURÍDICA, explicitam, com maestria, o que está por trás e respalda o histórico processo de escravidão e o atual fenômeno do tráfico de pessoas, bem como quando as pesquisadoras em: DIREITOS HUMANOS E MUDANÇA CLIMÁTICA, deixam claro as razões pelas quais nascem os direitos da terceira geração, enquanto direitos coletivos da humanidade, inscrevendo as questões ambientais como direitos fundamentais, portanto, uma questão de Direitos Humanos.

Por fim, e não menos importante, o artigo que recebe o nome de RESTABELECIMENTO DO PODER FAMILIAR: REINTEGRAÇÃO À FAMÍLIA NATURAL nos provoca a reflexões sobre a ambiguidade humana. Apresenta a importância do Direito, uma vez que, por meio de seus instrumentos, pode resgatar um dos vínculos mais profícuos - garantidores de saúde humana, que são os vínculos familiares.

Os textos aqui reunidos nos proporcionam uma vivência transdisciplinar por nos levar a reflexões sobre temas que traduzem a complexidade da existência humana. Evidencia como o Direito, de mãos dadas com outras áreas, proporciona conhecimentos necessários aos desafios atuais. Assim, a leitura nos proporciona fundamentos científicos e enriquecimento vivencial. A complexidade da vida pode não permitir que saibamos tudo, mas o construto científico e filosófico acumulado historicamente, com certeza contribui para a saída das cavernas. O conhecimento ofertado nos oito artigos deste exem-

plar periódico nos proporciona reflexões, aprendizagens e fundamentos para novas tessituras de saberes, em diferentes áreas. Porque, como disse Gaston Bachelard “Na realidade não há fenômenos simples; o fenômeno é um tecido de relações”.

Desejamos para todos, excelentes leituras!

Profa. Dra. Carla Jeane Helfemsteller Coelho

*Professora do Programa de Pós-Graduação
da Universidade Tiradentes*